

FREDERICK
DOUGLASS

Narrativa da vida
de Frederick Douglass
E outros textos

Tradução de
ODORICO LEAL

Introdução de
IRA DWORKIN



COMPANHIA DAS LETRAS



COMPANHIA DAS LETRAS

Narrativa da vida de Frederick Douglass e outros textos

FREDERICK DOUGLASS nasceu em 1818 como Frederick Augustus Washington Bailey, em Maryland, Estados Unidos. Filho de Harriet Bailey, uma escravizada, Douglass mudou seu nome em 1838, após fugir da escravidão.

Nos primeiros sete anos de vida, Douglass trabalhou na fazenda do coronel Edward Lloyd. Em 1825 ele foi vendido para Hugh Auld e passou a viver em Baltimore. Essa mudança para o ambiente urbano foi decisiva na vida de Douglass: foi quando ele aprendeu a ler e escrever e traçou os primeiros passos para fugir do cativeiro. Em 1833, Auld ficou incomodado com a atenção que a esposa estava dando a Douglass, e o enviou para trabalhar no campo novamente. Dois anos depois, Douglass fez sua primeira tentativa (infrutífera) de escapar. Em 1838, passando por um marinheiro livre, conseguiu fugir para a Filadélfia e depois para Nova York. Depois de duas semanas em Nova York, em 15 de setembro de 1838, Douglass se casou com Anna Murray, uma mulher livre que ele havia conhecido em Baltimore e que pagou parte de sua passagem para o Norte. Logo após o

casamento, os dois se mudaram para New Bedford, Massachusetts.

Em 1839, Douglass era membro ativo do grupo abolicionista de New Bedford. Logo foi contratado para dar palestras na Sociedade Antiescravidão de Massachusetts e, no início de 1841, viajou a vários estados americanos para palestrar sobre a abolição.

Em 1844, Douglass começou a escrever sua autobiografia e, no ano seguinte publicou *Narrativa da vida de Frederick Douglass: Um escravo americano*, que logo se tornou best-seller. Douglass também publicou outros relatos autobiográficos como *My Bondage and My Freedom* (1855) e *Life and Times of Frederick Douglass* (1881 e 1892). Ao revelar detalhes de sua história pessoal Douglass foi ameaçado de voltar a ser escravizado; então, em 1845, ele saiu de Boston e vai para Liverpool, passando quase dois anos na Irlanda, Escócia e Inglaterra. Douglass foi legalmente alforriado em 12 de dezembro de 1846, depois que Ellen e Anna Richardson de Newcastle, na Inglaterra, pagaram 711,66 dólares por sua liberdade.

Em 1847, Douglass retornou aos Estados Unidos e começou sua longa carreira no jornalismo. Fundou e foi editor dos jornais *The North Star*, *Frederick Douglass' Paper*, *Douglass' Monthly* e *New National Era*. Nos anos seguintes, ocupou vários cargos governamentais, incluindo registrador de escrituras para o distrito de Columbia e cônsul-geral do Haiti.

Faleceu em Washington, em 20 de fevereiro de 1895. Depois do velório público na capital do Estado, seu corpo foi enterrado no cemitério Mount Hope, em Rochester, Nova York.

ODORICO LEAL nasceu em 1983, é mestre em Teoria Literária pela UFMG e doutor em Literatura Brasileira pela USP. Atua como crítico literário e tradutor, tendo traduzido autores como Toni Morrison, Amitava Kumar e Yuval Noah Harari.

IRA DWORKIN é professor adjunto de inglês e literatura comparada, além de diretor do Centro Príncipe Alwaleed para Estudos Americanos. É também pesquisador na Universidade Americana do Cairo (Egito). Editou o livro *Daughter of the Revolution: The Major Nonfiction Works of Pauline E. Hopkins* (Rugters University Press, 2007). Foi pesquisador na Universidade de Kinshasa, no Congo, e está escrevendo um livro sobre a influência do Congo no aspecto cultural literário, visual, político e religioso afro-americano do século XIX.

Introdução

IRA DWORKIN

*Appetite to write, like Frederick Douglass
with a slave hand.**

The Fugees (Wyclef Jean), “How Many Mics”

Ao fim do século XX, a reputação literária de Frederick Douglass encontrava-se tão bem estabelecida que 150 anos depois da publicação da *Narrativa da vida de Frederick Douglass* os músicos do Fugees podiam facilmente invocar o nome do autor para medir as realizações do grupo e demandar assento no cânone do hip-hop. Embora esta obra marcasse sua entrada formal no mundo das letras americanas, Douglass permaneceu excluído da corrente dominante — branca — da história literária dos Estados Unidos por mais de um século. A menção fugaz a seu nome na letra de “How Many Mics” é indicativa tanto do alcance do reconhecimento do qual o autor agora desfruta como da relevância contínua de muitas de suas preocupações centrais — letramento, escravidão e emancipação — para novas gerações de leitores e artistas.

A origem do apelo icônico de Douglass precede em muito a menção dos Fugees. No período de um ano desde a primeira publicação de *Narrativa da vida de Frederick Douglass*, datada de maio de 1845, o livro vendeu 13 mil cópias em cinco edições americanas; em cinco anos, as vendas da *Narrativa* em inglês alcançaram 30 mil cópias.¹ Esta primeira autobiografia foi redigida para a Sociedade Antiescravidão de Massachusetts

como resposta à fama angariada pelo abolicionista, cujos porte físico e brilhantismo retórico não se adequavam às concepções da população branca em relação a um homem que vivera anteriormente na condição de escravo. Douglass respondeu aos rumores de que apenas fingia-se de escravo foragido por meio do relato, de veracidade comprovável, de sua experiência — relato esse que mesmo seus detratores por vezes corroboraram. Numa carta para o jornal *Delaware Republican*, de Wilmington (reimpressa com uma resposta mordaz de Douglass no jornal abolicionista *The Liberator*, editado por William Lloyd Garrison, autor do prefácio desta *Narrativa*), A.C.C. Thompson acusa a *Narrativa* de ser “um balde de falsidades” e defende boa parte dos personagens brancos lá apresentados, que ele, segundo afirma, conhecia pessoalmente.² Ao fazê-lo, Thompson confirma muitos dos detalhes da *Narrativa*, desbancando, involuntariamente, as alegações dos críticos que argumentavam que Douglass jamais havia sido escravo.

Douglass usou essa oportunidade autobiográfica para fazer mais do que documentar suas experiências: exerceu seu letramento num estilo que pôs sua inteligência acima de qualquer censura. A performance intelectual do autor tornou-se um argumento fundamental não apenas contra a escravidão, mas também contra a alegação americana de inferioridade racial. Os comentaristas logo reconheceram os talentos de Douglass. Uma resenha sobre o livro de maio de 1845 no jornal *Pioneer*, de Lynn, Massachusetts (reeditada no *The Liberator*) o celebra como “vívido” e uma “obra de arte”.³ Em junho, no *New York Tribune*, Margaret Fuller crava: “texto excelente [...] a ser apreciado como uma amostra dos poderes da raça negra, que o preconceito continua a contestar. Estimamos enormemente toda evidência desse tipo, e ela tem se tornado mais abundante”.⁴

Numa resenha de 1849 de cinco narrativas de escravos foragidos, Ephraim Peabody vale-se de uma linguagem similar para descrever Douglass como “uma das evidências vivas de que não há na população de cor do Sul nenhuma incapacidade natural para usufruir a liberdade”, além de alguém com grande potencial “para se tornar um defensor deveras útil à causa dos direitos humanos”.⁵ Para Peabody, como para Fuller, a prosa de Douglass implicitamente refuta as teorias racistas ventiladas acerca das capacidades intelectuais dos afro-americanos.

Para Douglass, a habilidade de ler e escrever é um marcador de humanidade e um instrumento de emancipação. A começar pelos prefácios de Garrison e Wendell Phillips, proeminentes abolicionistas brancos, a *Narrativa* evoca persistentemente imagens de Douglass escrevendo e refletindo sobre sua vida na escravidão. (Por exemplo, ao descrever as canções que ouvia na fazenda de Lloyd, Douglass nota que, “enquanto escrevo estas linhas uma expressão de sentimento já encontrou seu caminho pelas minhas faces”.) Quando Hugh Auld, com cuja família Douglass vive em Baltimore, opõe-se veementemente às tentativas da esposa Sofia de ensinar o jovem Frederick a ler, o autor logicamente deduz: “O que ele mais temia era o que eu mais desejava”, e assim se inicia a busca que consome boa parte da *Narrativa*. O livro detalha cuidadosamente os esforços de Douglass para aprender a ler, uma busca humanista que ele põe em prática quando forja licenças em nome de seu senhor como parte de sua primeira, e fracassada, tentativa de fuga.

As habilidades linguísticas que Douglass desenvolveu sistematicamente ao longo de sua juventude estabelecem uma base sólida para o cidadão moderno global que emerge de suas viagens subsequentes à Inglaterra, à Escócia, à Irlanda, à República Dominicana, ao Haiti, à Itália, ao Egito e a outros

lugares. Sua influência retórica mais definitiva, a célebre antologia *The Columbian Orator* (1797), de Caleb Bingham, é incrivelmente variada no conteúdo. Ali, Douglass encontra “Escravos na Barbária, drama em dois atos”, de David Everett, exemplar do famoso gênero das narrativas de cativo do Norte africano; “Diálogo entre um senhor e um escravo”, de John Aikin; “Trecho de um discurso proferido perante a sociedade de Nova York em prol da alforria dos escravos, 12 de abril de 1797”, do reverendo Samuel Miller; e, por fim, um discurso de William Pitt, datado de 1770. Mesmo antes, quando jovem, Douglass viu-se exposto à diversidade linguística da fazenda de Lloyd, onde pôde apreciar a influência sincrética que as línguas africanas exerciam sobre os negros americanos. Seu biógrafo William S. McFeely propõe uma teoria quanto à linhagem de Douglass, especulando que seu sobrenome materno “Bailey”, sem ter uma origem definida entre brancos do condado de Talbot, poderia ser uma variante de “Belali”, indicando uma origem muçulmana na África Ocidental. Tal conjectura, por mais inconsistente que possa ser, possibilita aos leitores de Douglass enquadrá-lo em tradições de literatura e letramento que têm raízes linguísticas árabes e islâmicas que em muito precedem a travessia atlântica dos navios negreiros.

A primeira estadia internacional de Douglass foi resultado direto da publicação de *Narrativa*, em 1845, em que o uso de nomes reais, incluindo o seu nome de batismo, forçou-o efetivamente ao exílio. Douglass era considerado um fora da lei de acordo com o Ato do Escravo Fugitivo, de 1793, que garantia a aplicação federal do Artigo 4, Seção 2, da Constituição. A popularidade de sua autobiografia o tornava especialmente vulnerável à captura. De 1845 a 1847, ele passou pela Inglaterra, Escócia e Irlanda, dando palestras ininterruptamente por quase

dois anos. Com duas edições publicadas da *Narrativa* na Irlanda, em 1846, e três na Inglaterra, entre 1846 e 1847, o livro circulou tanto quanto seu autor. Já em abril de 1846, a revista *Littell's Living Age* reportava: “Somando-se tudo, não menos do que um milhão de pessoas na Grã-Bretanha e na Irlanda foram instigadas pelo livro e seus comentaristas”.⁶ A fama de Douglass dentro dos Estados Unidos cresceu enquanto ele esteve para além de suas fronteiras, graças à cobertura extensiva de suas viagens em jornais como *The Liberator*.

Enquanto Douglass alcançava fama internacional em sua passagem pela Grã-Bretanha, a história que lhe serviu de ponto de partida aconteceu em Maryland, sob premissas autobiográficas incrivelmente indeterminadas para uma obra de não ficção. No primeiro capítulo, Douglass afirma que nasceu em Tuckahoe, no condado de Talbot, na costa leste de Maryland, mas que sua data de nascimento era desconhecida por ele: descobri-la tornou-se missão de uma vida toda, que ele nunca chegou a solucionar positivamente. (Estudiosos determinaram que ele nasceu em fevereiro de 1818, um ano depois do que ele próprio imaginava.) Do rumor da paternidade que ele mesmo sugere — o de que seu pai era seu senhor —, Douglass paulatinamente se distancia ao longo da vida, a ponto de anunciar na década de 1880: “Do meu pai, nada sei”.⁷ Quanto à mãe, Harriet Bailey, escreve na *Narrativa*: “Não vi minha mãe, conhecendo-a como tal, mais do que quatro ou cinco vezes na vida”. Em *My Bondage and My Freedom* (1855), sua segunda autobiografia, o autor revela que, depois da morte da mãe, descobriu que ela era alfabetizada: “A única pessoa que desfrutava daquela vantagem entre todos os escravos em Tuckahoe”.⁸ É curioso como a *Narrativa*, que documenta o letramento do autor de modo tão minucioso, não faça qualquer

menção à capacidade de ler de sua mãe. Em contraste com as informações limitadas sobre a mãe de Douglass, o capítulo de abertura da *Narrativa* descreve, com detalhes aterrorizantes, o espancamento depravado de sua tia Hester, em estado de seminudez. O relato de Douglass impõe um desafio crítico para qualquer leitor do livro. O que significa para Douglass não apenas testemunhar aquele “espetáculo terrível”, mas descrevê-lo? É possível aos leitores, à época ou hoje, testemunhar tamanha brutalidade pelos olhos de uma criança, e será possível que a inocência implícita dessa perspectiva nos ofereça um conforto indevido face à violência tão extrema?

Por décadas, pesquisadoras feministas têm explorado brilhantemente essas e outras questões relacionadas à subjetividade e à atuação nas representações da mulher afro-americana na obra de Douglass. Muitos desses temas frisam a figura de sua primeira esposa, Anna Murray, uma mulher livre, que mal aparece na *Narrativa* ou em seus demais escritos. Quando Frederick viajou para a Grã-Bretanha, Anna permaneceu em Massachusetts com as quatro crianças do casal, apesar do perigo que ela corria devido à participação ilegal na fuga do marido. A vulnerabilidade dela pode explicar o silêncio de Douglass em 1845 em relação ao papel da esposa em sua fuga; contudo, em 1881, quando ele descreve como se valeu dos documentos de um amigo marinheiro para sair de Baltimore de trem sem levantar suspeitas, em 3 de setembro de 1838, Douglass não menciona que foi sua noiva quem financiou sua passagem e quem lhe deu o uniforme de marinheiro que ele usou. Também não menciona que a conheceu por meio da Sociedade de Apoio Mental do Leste de Baltimore, quando vivia no seio de uma comunidade grande e crescente de afro-americanos livres que,

por volta de 1850, apresentava taxas de alfabetização superiores a 50%.⁹ Anna só aparece no capítulo final da *Narrativa*, quando ela e Frederick se reúnem em Nova York para seu casamento, em 15 de setembro de 1838, oficializado pelo reverendo James Pennington, tendo como testemunha David Ruggles, dois dos mais importantes abolicionistas da época. Embora a presença desses três homens possa marginalizar ainda mais a figura de Anna, Frederick acena para uma verdadeira parceria futura quando se dirigem a New Bedford, Massachusetts, depois do casamento: “coloquei uma parte de nossa bagagem sobre os ombros, Anna recolheu o restante”.

Esse momento, embora comovente, é passageiro, uma vez que Anna permanece em silêncio por toda a obra de Douglass, a despeito do comprometimento político do autor, corretamente celebrado, para com o sufrágio feminino (incluindo o comparecimento de Douglass à conferência em Seneca Falls de 1848), movimento que, ironicamente, buscava amplificar as vozes das mulheres na arena pública. Anna morreu no dia 4 de agosto de 1882, e, menos de dezoito meses depois, em janeiro de 1884, Frederick, de forma um tanto controversa, casou-se com Helen Pitts, mulher branca, muito mais jovem, secretária no escritório onde ele trabalhava registrando as escrituras para o distrito de Colúmbia. Leitores e escritores, como a ficcionista Jewel Parker Rhodes, que reconstruiu criativamente a voz de Anna Murray no romance intitulado *Douglass' Women* (2002) (que também conta com Ottilie Assing, jornalista branca alemã que viveu com a família Douglass por muitos anos), continuam a se debater com essa dimensão de Frederick Douglass.

O abolicionista autêntico de Frederick Douglass, manifesto em sua *Narrativa*, levou à sua emancipação quando um grupo de ativistas ingleses, chefiados por Ellen e Anna Richardson, angariou fundos e, num gesto polêmico, comprou-lhe a liberdade. Essa transação possibilitou seu retorno aos Estados Unidos em 1847. Não mais foragido, Douglass radicou-se em Rochester, Nova York, e começou a publicar o jornal *The North Star*. Durante essa época, trabalhou como palestrante e editor, gradualmente distanciando-se da facção abolicionista garrisoniana, associada ao jornal *The Liberator*.

Para Douglass, esse período de ativismo independente encarnou uma variedade de formas literárias, o que serve como lembrança instrutiva de que o status representativo conferido à *Narrativa da Vida de Frederick Douglass* nubla o alcance admirável de sua carreira como orador, jornalista e também como o autobiógrafo serial de *My Bondage and My Freedom* e de *Life and Times of Frederick Douglass* (de 1881, com uma segunda edição significativamente expandida em 1892). A década entre a *Narrativa* e *My Bondage and My Freedom* testemunhou tanto a transformação jurídica de Douglass de fugitivo a suposto homem livre (sob um governo pró-escravidão) quanto a transformação da geografia da escravidão nos Estados Unidos, como resultado do Ato do Escravo Fugitivo de 1850, que, entre outras provisões, criminalizou ainda mais qualquer participação nas rotas clandestinas para fuga dos escravos, autorizando a prisão de qualquer indivíduo suspeito de ser fugitivo. Os abolicionistas imediatamente contestaram a lei, e houve muitos esforços dramáticos para proteger afro-americanos: só em 1851, um comitê negro de autodefesa matou um fazendeiro de Maryland que veio a Christiana, Pensilvânia, resgatar uma série de foragidos; e ativistas libertaram à força Shadrach Minkins de

um tribunal de Boston e o enviaram para o Canadá. Em meio a tal clima de desafio e militância crescente, Douglass fez seu famoso discurso, em 5 de julho de 1852 “O que é o Quatro de Julho para o escravo?”, que acompanha sua primeira autobiografia nesta edição da *Narrativa*.

No discurso “O que é o Quatro de Julho para o escravo?”, realizado em Rochester, Nova York, 76 anos e um dia depois da Declaração de Independência, Douglass acolhe a Constituição como documento antiescravidão, marcando uma ruptura decisiva com um princípio garrisoniano fulcral. Embora essa interpretação permaneça contraintuitiva, considerando-se, por exemplo, a infame cláusula dos três quintos da Constituição (que fortaleceu o poder branco sulista no Congresso), Douglass decidiu acolher os princípios fundadores da nação num momento em que, sob o Ato do Escravo Fugitivo de 1850, o Sul se afirmou como “porção dominante dos Estados Unidos”, como afirma no discurso, e “Nova York tornou-se uma Virgínia”. O mandado federal que autorizava a aplicação no Norte da escravidão do Sul deixou claro que não havia lugar seguro para um afro-americano em qualquer parte dos Estados Unidos, como também não havia onde um cidadão branco pudesse se manter inocente em relação à instituição da escravatura. Para Douglass, a expansão da escravidão pedia solidariedade dos americanos brancos, tal como as revoluções europeias de 1848. Desse e de outros modos, a escravidão já não estava geograficamente limitada, mas era parte de um sistema global de exploração econômica: “O braço do comércio escancarou os portões das fortalezas”. Douglass continua: “Os oceanos já não dividem, mas conectam as nações. Viajar de Boston a Londres agora é uma simples excursão de férias. O espaço foi, comparativamente, aniquilado”. As observações cosmopolitas de Douglass vão ao

encontro de *Grundrisse*, de Karl Marx, escrito poucos anos depois, numa linguagem semelhante que descreve a acumulação de capital como uma forma de “aniquilação do espaço pelo tempo”.¹⁰ No século XX, no limiar do florescimento cultural que veio a ser conhecido como Renascença do Harlem, uma nova geração pôde encontrar o discurso de Quatro de Julho de Douglass em encarnações afro-americanas de *The Columbian Orator*, como a antologia *Masterpieces of Negro Eloquence* (1914), de Alice Moore Dunbar, e *The Dunbar Speaker and Entertainer* (obra publicada sob o nome de Alice Moore Dunbar-Nelson, em 1920).

Menos de um ano depois do discurso de Quatro de Julho, Douglass empreendeu sua única incursão na narrativa ficcional: *The Heroic Slave*. Era um momento em que o gênero emergia como uma das principais armas na luta abolicionista, graças à publicação, em março de 1852, de *A cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe (depois de uma serialização muito bem-sucedida). No começo de 1853, *The Heroic Slave* apareceu no livro *Autographs for Freedom*, editado por Julia Griffiths, abolicionista britânica que se mudara para Rochester alguns anos antes a fim de auxiliar Douglass com as operações de seu jornal. *The Heroic Slave*, que foi publicado em série em março de 1853 no jornal *Frederick Douglass' Paper* (substituto do *The North Star* a partir de 1851), inspira-se no caso Creole, de 1841, em que um navio negreiro doméstico, viajando do Sul para Hampton, Virgínia, é sequestrado pelos próprios transportados afro-americanos. Conduzido por Madison Washington, o navio seguiu para as colônias britânicas onde a escravidão fora criminalizada. Escrita depois que o Ato do Escravo Fugitivo de 1850 tornou patente a impossibilidade da verdadeira liberdade dentro dos Estados Unidos, a novela celebra uma vitória heroica

que desembarca Washington e seus compatriotas além das fronteiras do país. Se *The Heroic Slave* pode ser lido como uma resposta à pergunta “O que é o Quatro de Julho para o escravo?”, sua réplica pode ser mais bem definida por outro famoso discurso de Douglass, em honra da Emancipação da Índia Ocidental, que, como *The Heroic Slave*, volta-se para o estrangeiro a fim de fortalecer o comprometimento abolicionista em sua terra natal.

O discurso sobre a Emancipação da Índia Ocidental (mais conhecido por uma frase muito citada: “Se não há luta, não há progresso”) celebra explicitamente a tradição insurrecional de Madison Washington, Shadrach Minkins, o grupo de Christiana e Nat Turner. Essa tradição não é inteiramente estranha à *Narrativa*: naquele que pode ser considerado o momento mais crítico da obra, Douglass resiste fisicamente a um espancamento por parte do perverso feitor Edward Covey. Apesar de toda a ênfase que leitores e professores conferem ao esforço humanista de Douglass em busca do letramento e da educação, a centralidade do encontro com Covey serve para lembrar que a *Narrativa* representa uma gama mais ampla de resistência, que inclui a luta física em autodefesa. Embora *The Heroic Slave* sublinhe a importância da retórica para o movimento abolicionista, o valor da rebelião física na novela é inescapável e continua a ecoar em representações populares da escravidão. O caso Creole, ficcionalizado em *The Heroic Slave*, assemelha-se em parte ao do Amistad, cujo líder, Joseph Cinqué, Douglass refere no discurso pela Emancipação da Índia Ocidental. O Amistad foi, mais recentemente, tema do romance de Barbara Chase-Riboud *Echo of Lions* (1989), de uma série de poemas de Kevin Young intitulada *Ardency: A Chronicle of the Amistad Rebels* (2011) e, mais notoriamente, do filme homônimo de

Steven Spielberg, de 1997. No *Amistad* de Spielberg, a insurreição, que abre o filme, é suplantada pelo drama jurídico que se desenrola numa série de tribunais americanos, culminando no discurso edificante diante da Suprema Corte. Em *The Heroic Slave*, o valor de Madison Washington é revelado por observadores brancos, que notam o efeito poderoso de sua retórica. Obras mais recentes sobre a escravidão, incluindo *Django Livre* (2012), de Quentin Tarantino, que reconhece o apelo de longa data e por vezes incômodo da resistência (embora aqui divorciada da insurreição coletiva), seguem levando o público a refletir sobre os cruzamentos entre insurreição, narração e libertação.

As questões de raça, escravidão e revolução que animam *The Heroic Slave* são fundamentais para apreciar a dinâmica multirracial da literatura americana. Douglass não é o único integrante negro de um panteão, de resto, branco; é o representante mais proeminente de uma classe mais ampla de homens afro-americanos abolicionistas — incluindo nomes menos evocados, como Martin Delany, Henry Highland Garnet, Archibald Grimké, Charles Lenox Remond e Samuel Ringgold Ward. As contribuições de Douglass podem ser mais apreciadas como parte de um cânone em expansão da literatura americana do século XIX que, desde a publicação, em 1982, da edição da *Narrativa* pela coleção Penguin Classics, expandiu-se, incluindo em edições dessa coleção desde então escritos de Harriet Jacobs, Elizabeth Keckley, Mary Prince, Mary Seacole, Sojourner Truth e Harriet Wilson. *The Heroic Slave*, por sua vez, é parte de uma tradição contemporânea de ficção que envolve *Clotel; or, the President's Daughter: a Narrative of a Slave Life in the United States* (publicada em Londres, em 1853, pelo camarada abolicionista William Wells Brown); *Benito Cereno* (1855), de

Herman Melville (que tinha notícias de Douglass e muito provavelmente leu trechos da *Narrativa*);¹¹ e *Dred* (1856), relato de Stowe sobre a insurreição de Nat Turner na Virgínia, em 1831. Como as possibilidades de que Douglass tenha lido o *Manifesto comunista* antes de realizar seu discurso de Quatro de Julho ou de que Marx leu Douglass antes de escrever seu *Grundrisse*, a cronologia desta edição sugere as possibilidades multidirecionais de influência.

Douglass não foi apenas um acréscimo a um cânone literário em expansão, como inspirou uma reavaliação de algumas das histórias mais entranhadas do país. No começo do século XXI, uma série de livros situa Douglass ao lado de Abraham Lincoln a tal ponto que o premiado filme *Lincoln* (2012), de Steven Spielberg, sobre a aprovação da 13ª Emenda à Constituição, foi criticado por não incluí-lo. (Antes, Spielberg pretendia dirigir um filme sobre os dois personagens, com Tom Hanks no papel de Lincoln.)¹² De modo geral, essa conexão coloca Douglass, que visitou a Casa Branca a convite de Lincoln, no centro da política cultural americana durante o período da Guerra Civil, assegurando a centralidade do presidente numa nova versão multicultural da história americana. (Essas conexões entre eles não eram novas. No dia 14 de abril de 1876, Douglass fez um discurso brilhante na consagração a Abraham Lincoln do Monumento à Emancipação, editado junto com seu discurso de Quatro de Julho em *Masterpieces of Negro Eloquence*.) A importância de Douglass é reconhecida o suficiente para garantir-lhe uma pequena aparição simbólica em *Tempo de glória* (1989), filme de Edward Zwick sobre a Guerra Civil, como personificação da Proclamação da Emancipação que sanciona tanto a convocatória de soldados negros quanto a nomeação de Robert Gould Shaw para a liderança do 54º Regimento de

Massachusetts. Mais do que a presença ou ausência de representações de Douglass na cultura popular, os temas aos quais ele se dedicava — educação, revolta, liberdade e identidade nacional — têm atraído leitores por quase dois séculos.

A relevância contínua de Frederick Douglass não passou despercebida às comunidades afro-americanas, que vêm preservando seu legado desde a publicação da biografia *Frederick Douglass: The Orator* (1893), pelo professor James M. Gregory, da Universidade de Howard, que conta com uma introdução de William Sanders Scarborough. Seguindo-se à sua morte em 1895, Douglass foi celebrado por muitos dos mais importantes escritores e intelectuais do período, incluindo o poeta Paul Laurence Dunbar (de quem Douglass foi mentor) e o romancista e contista Charles W. Chesnutt, cuja biografia *Frederick Douglass* (1899) fez parte da série “Beacon Biographies of Eminent Americans” [Biografias Beacon de americanos eminentes]. Pauline Elizabeth Hopkins situou Douglass dentro de uma tradição de insurreição ao apresentá-lo logo em seguida ao líder da Revolução Haitiana, Toussaint-L’ouverture, em sua série biográfica *Famous Men of the Negro Race* (1900-1). Outros, como o diretor do Tuskegee Institute, Booker T. Washington, cuja biografia foi lançada em 1907 (com acréscimos finais de Robert E. Park), buscaram o manto de Douglass: Washington observou que seu célebre discurso na Atlanta Cotton States Exposition ocorreu pouco depois da morte de Douglass. W.E.B. Du Bois, ocasional adversário de Washington, chegou a aceitar a mesma incumbência (oferecida quando Washington não respondeu a um convite inicial), retirada em seguida. A primeira proposta alternativa apresentada por Du Bois, uma biografia de

Nat Turner, foi rejeitada, e ele decidiu-se, então, por um aliado de Douglass, John Brown, ativista branco que liderou o assalto à balsa de Harper. (Douglass foi acusado de conspirar no episódio do assalto à barca de Harper e fugiu do país.)

Gerações posteriores de ativistas também se voltaram para Frederick Douglass. Quando Angela Y. Davis foi demitida, no outono de 1969, de seu cargo de professora de filosofia na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, devido a suas posições políticas, ela, como forma de protesto, ministrou o curso “Temas filosóficos recorrentes na literatura negra”, tendo Douglass como objeto. No ano seguinte, o Comitê de Nova York pela Libertação de Angela Davis publicou duas de suas palestras sobre Douglass como opúsculo — *Lectures on Liberation* [Palestras sobre libertação]. O objetivo era angariar fundos para a sua defesa contra as acusações de assassinato e sequestro decorrentes dos eventos no tribunal do condado de Marin, onde Jonathan Jackson tomou um juiz como refém, numa tentativa de negociar a libertação de seu irmão George e de outros presos políticos, então encarcerados na Soledad Prison. Como a *Narrativa* de Douglass, os discursos de Davis eram instrumentos pela libertação individual e coletiva publicados por uma fugitiva de uma lei injusta. Depois de uma campanha solidária internacional, Davis foi inocentada de todas as acusações.

Já no fim do século XX e começo do século XXI, Douglass e seus escritos foram evocados por uma gama de personalidades, desde Clarence Thomas, numa divergência na Suprema Corte, e Barack Obama, em sua autobiografia, até os Fugees, na canção mencionada. Mesmo arqueólogos consideraram seus escritos de grande valia durante a escavação, entre 2005 e 2006, da Wye House Farm na fazenda da família Lloyd, onde o primeiro

senhor de Douglass, Aaron Anthony, trabalhou como feitor. Quase de passagem, reportagens sobre o projeto notaram um fato assombroso, mas crucial: dois séculos depois do nascimento de Douglass, a fazenda segue habitada por descendentes diretos da mesma família a quem ela pertencia durante a vida de Douglass.¹³ A linha direta que conecta a era de Douglass e a nossa não é exclusivamente literária, mas permanece na posse ininterrupta de herdades por famílias brancas que construíram seu patrimônio atual pela escravização de gerações de afro-americanos no passado. Tanto a circulação contínua da *Narrativa* de Douglass como os dividendos financeiros da fazenda de Lloyd ligam o presente ao passado.

Ao final de sua carreira, Douglass foi designado para uma série de posições políticas de relativa importância, incluindo uma nomeação, em 1889, como cônsul norte-americano em Porto Príncipe, Haiti. Embora o mesmo governo federal que antes o tratara como criminoso o escolhesse agora para representar seus interesses no exterior, a decisão logo foi lamentada. Douglass foi considerado excessivamente simpático ao Haiti, tornando-se um obstáculo para os esforços do governo de estabelecer uma base naval em Môle-Saint-Nicolas. O secretário de Estado James G. Blaine efetivamente demoveu Douglass, nomeando um oficial da marinha para tratar das negociações, que, no fim, fracassaram, uma vez que o Haiti, valentemente, recusou-se a ceder sua soberania territorial. Alguns anos depois, a marinha dos Estados Unidos estabeleceu uma base na margem oposta a Môle-Saint-Nicolas, na baía de Guantánamo, Cuba. A história dessa ocupação americana ainda está sendo escrita.

Depois de retornar aos Estados Unidos, em 1891, Douglass foi nomeado pelo presidente do Haiti Louis Mondestin Florvil Hyppolite para representar o país na Exposição Mundial

Colombiana de 1893, em Chicago, onde a sistemática exclusão de afro-americanos era alvo de protestos nos quais Douglass tomou parte. Assim, ele passou de representante dos Estados Unidos no Haiti a representante do Haiti nos Estados Unidos. O reconhecimento de Douglass por tantos e tão diversos grupos garantiu sua mobilidade cultural, a qual acompanha uma mobilidade física que inclui a fuga da escravidão e a turnê internacional como refugiado político na década de 1840.

Cem anos depois de Douglass representar o Haiti em Chicago, os Fugees, cujo nome — abreviação de *refugees* [refugiados] — faz alusão ao Haiti e aos imigrantes haitianos nos Estados Unidos, valeram-se de suas estilizações diaspóricas musicais para mencionar Douglass como figura exemplar na esfera pública da mídia popular. (Wyclef Jean, o letrista do verso sobre Douglass, tentou representar o Haiti como presidente em 2010, sendo, contudo, desqualificado por não cumprir os requisitos residenciais.) Mais de um século depois de sua morte, Douglass e seu vasto conjunto de escritos ainda representam algo crítico para as experiências de diversas comunidades americanas. A habilidade da *Narrativa*, como do discurso de Quatro de Julho, de propor questões sobre a relação entre literatura e liberdade, retórica e insurreição, oferece consistentemente novas oportunidades para se ler Frederick Douglass como parte de um mundo literário que continua a expandir-se para além de raças e nações, tempo e espaço.

* “Um apetite para escrever, como Frederick Douglass com uma mão escrava.”
(N. T.)

1. Henry Louis Gates, Jr., *Figures in Black: Words, Signs, and the “Racial” Self*. Nova York: Oxford University Press, 1989, p. 83.

2. A.C.C. Thompson, “Refuge of Oppression; From the Delaware Republican: To the Public. Falsehood Refuted”. *The Liberator*, 12 dez. 1845. Reeditado em *Documenting the American South*.
3. “Frederick Douglass”. *The Liberator*, 30 mai. 1845. Reeditado em *Documenting the American South*.
4. Margaret Fuller, *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave* no *New-York Daily Tribune*, 10 jun. 1845), 1; reeditado no *New-York Weekly Tribune*, 14 jun. 1845, 1; reeditado em Judith Mattson Bean; Joel Myerson (eds.). *Margaret Fuller, Critic: Writings from the New-York Tribune, 1844-46*. Nova York: Columbia University Press, 2000, p. 131.
5. Ephraim Peabody, “Narratives of Fugitive Slaves”. Reeditado em Charles T. Davis; Henry Louis Gates Jr. (eds.). *The Slave’s Narrative*. Nova York: Oxford University Press, 1985, p. 26.
6. “Narrative of Frederick Douglass”. *Littel’s Living Age*, 4 abr. 1846, p. 46.
7. Frederick Douglass, *Life and Times of Frederick Douglass*. Reeditado em Henry Louis Gates Jr. (ed.) *Autobiographies*. Nova York: Library of America, 1994, p. 477.
8. ——. *My Bondage and My Freedom*. Reeditado em Henry Louis Gates Jr. (ed.) *Autobiographies*. Nova York: Library of America, 1994, p. 155.
9. FIELDS, Barbara Jeanne. *Slavery and Freedom on the Middle Ground: Maryland During the Nineteenth Century*. New Haven: Yale University Press, 1985, p. 39.
10. Karl Marx, *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Trad. de Martin Nicolaus. Nova York: Penguin, 1993, p. 524. [Ed. bras.: *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-8: esboços da crítica e da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2015.]
11. Robert K. Wallace, “Fugitive Justice: Douglass, Shaw, Melville”, *Frederick Douglass and Herman Melville: Essays in Relation*. Robert S. Levine e Samuel Otter (eds.). Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2008, pp. 57-9.

12. Rebecca Keegan, “*Lincoln* was a tall order for Spielberg, Day-Lewis”, *Los Angeles Times*, 31 out. 2012.

13. John Noble. “An Abolitionist Leads the Way in Unearthing of Slaves’ Past”. *New York Times*, 5 set. 2006.

Narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano (1845)¹

1. Esta tradução foi baseada na edição de 2014 da Penguin Classics. (Todas as notas, a não ser quando indicado de outra forma, são da presente edição.)

Prefácio

No mês de agosto de 1841, compareci a uma convenção abolicionista em Nantucket, na qual tive a felicidade de conhecer Frederick Douglass, o escritor da narrativa que se segue. Tratava-se, então, de um estranho a quase todos os membros daquela associação; pois tendo fugido recentemente da casa de detenção para escravos no Sul, e tomado de curiosidade para averiguar os princípios e medidas dos abolicionistas — de quem ouvira uma descrição um tanto vaga no tempo em que era escravo —, foi induzido a se fazer presente na ocasião aludida, embora à época residisse em New Bedford.

Que acontecimento afortunado! Afortunado para os milhões de irmãos agrilhoados, ansiando ainda pela libertação daquela servidão terrível! Afortunado para a causa da emancipação dos negros e da liberdade universal! Afortunado para a terra de seu nascimento, pela qual tanto já fez para salvar e abençoar! Afortunado para um grande círculo de amigos e conhecidos, cujas simpatia e afeição ele já tem firmemente asseguradas pelos muitos sofrimentos que padeceu, pelos traços virtuosos do seu caráter, pela sempre persistente lembrança daqueles que ainda se encontram acorrentados, como se a eles permanecesse acorrentado! Afortunado para as multidões, em várias partes de nossa república, cujas mentes ele iluminou no tocante à escravidão e que foram levadas às lágrimas por seu páthos, ou

instigadas à indignação virtuosa por sua eloquência comovente contra os escravizadores de homens! Acontecimento abençoado para ele próprio, posto que o encaminhou de imediato à esfera da utilidade pública, “oferecendo ao mundo a garantia de um HOMEM,”¹⁴ estimulando as energias adormecidas da sua alma e o consagrando ao grande trabalho de despedaçar o vergalhão do opressor e libertar os oprimidos!

Jamais me esquecerei de seu primeiro discurso na convenção — a emoção extraordinária que excitou em minha mente, a impressão poderosa que criou no auditório abarrotado, tomado inteiro de surpresa, os aplausos que acompanharam do início ao fim seu oportuno relato. Creio que nunca odiei tão intensamente a escravidão quanto naquele momento; sem dúvida, minha percepção do ultraje imenso infligido por ela sobre a natureza divina de suas vítimas ficou mais compreensível do que nunca. Ali tínhamos um homem, em proporção física e estatura, imponente e exato; em intelecto, ricamente abençoado; em eloquência natural, um prodígio; na alma, evidentemente “criado apenas um pouco abaixo dos anjos”;¹⁵ e, no entanto, escravo, sim, escravo fugido, temendo por sua segurança, mal ousando crer que no solo americano fosse possível encontrar uma única pessoa branca que, contra todos os perigos, lhe oferecesse amizade, pelo amor de Deus e da humanidade! Alguém capaz das mais elevadas realizações enquanto ser moral e intelectual, necessitando pouco além de uma porção comparativamente pequena de cultivo para tornar-se ornamento da sociedade, uma bênção para sua raça; e, no entanto, pela lei da terra, pela voz das gentes, pelos termos do código escravista, apenas um item numa lista de propriedades, um burro de carga, um bem pessoal!

Um querido amigo de New Bedford prevaleceu sobre o sr.

Douglass, convencendo-o a falar à convenção. Foi com hesitação e embaraço que ele se aproximou do palanque, acompanhantes inevitáveis de uma mente sensível em circunstância tão nova. Depois de se desculpar pela ignorância, e lembrando a todos que a escravidão era má escola para o coração e o intelecto humano, pôs-se a narrar alguns fatos de sua história enquanto escravo. No decorrer de sua fala, expressou muitos pensamentos nobres e reflexões pungentes. Tão logo retornou ao assento, eu me ergui, cheio de esperança e admiração, e declarei que Patrick Henry, de fama revolucionária, jamais produziu discurso mais eloquente pela causa da liberdade do que aquele que acabáramos de ouvir dos lábios daquele fugitivo perseguido. Essa era minha convicção naquele momento, e é minha convicção agora. Lembrei ao público do perigo que cercava aquele jovem que emancipara a si mesmo nas terras do Norte — mesmo em Massachusetts, solo dos Peregrinos, entre os descendentes de antepassados revolucionários —, e apelei aos presentes, indagando se acaso permitiriam que aquele homem fosse arrastado de volta à servidão — independente da lei, independente da constituição. A resposta, unânime, trovejou: “Não!”. “Vocês hão de socorrê-lo e protegê-lo como um membro de nossa fraternidade — um residente deste velho Bay State?” “Sim!”, gritou a massa, com uma energia tão clamorosa que os tiranos implacáveis ao sul da linha de Mason-Dixon bem podem ter ouvido aquela poderosa explosão de sentimento, reconhecendo ali o juramento de determinação invencível da parte dos que o expressavam, de nunca trair aqueles que fogem buscando abrigo, mas escondê-los, os desamparados, suportando firmemente as consequências.

Fixou-se de imediato em minha mente que, se o sr. Douglass pudesse ser persuadido a consagrar seu tempo e talento à promoção da luta contra a escravatura, um ímpeto poderoso

seria dado à causa, além de infligir um golpe estonteante no preconceito contra os negros ao Norte do país. Desse modo, empenhei-me em instilar esperança e coragem em sua mente, a fim de que nosso amigo ousasse engajar-se numa vocação tão anômala e de tão grande responsabilidade para uma pessoa em sua situação. Nesse esforço fui secundado por colegas afetuosos, especialmente pelo agente geral da Sociedade Antiescravidão de Massachusetts, o sr. John A. Collins, hoje falecido, cujo julgamento sobre o assunto coincidia inteiramente com o meu. De início, o sr. Douglass não nos deu muitas esperanças; com acanhamento genuíno, expressou a convicção de que não seria a pessoa apropriada para uma tarefa daquela magnitude; o caminho que se divisava nunca havia sido trilhado; sentia-se sinceramente apreensivo com a possibilidade de que pudesse fazer mais mal do que bem. Contudo, depois de muita deliberação, concordou em fazer um teste e, desde então, tem atuado como palestrante sob os auspícios tanto da Sociedade Antiescravidão de Massachusetts como da América. Seus esforços têm sido abundantes, e seu sucesso no combate ao preconceito, na conquista de prosélitos e na instigação da mente pública ultrapassou em muito as expectativas mais otimistas aventadas no início de sua brilhante carreira. Portou-se com delicadeza e mansidão, no entanto, com verdadeira hombridade de caráter. Como orador, sobressai-se em páthos, verve, comparação, imitação, força de raciocínio e fluência de linguagem. Há nele aquela mescla de mente e coração indispensável para a iluminação das cabeças e a conquista dos corações dos outros. Que sua força permaneça à altura de seu tempo! Que continue a “eivar-se na graça e no conhecimento de Deus”¹⁶ e que possa ser sempre mais útil à causa da humanidade que sangra, em casa ou em terra estrangeira!

Com efeito, é deveras admirável que um dos defensores mais eficientes da população escrava diante da opinião pública seja agora um escravo fugitivo, na pessoa de Frederick Douglass, e que a população de cor emancipada dos Estados Unidos esteja tão aptamente representada por um membro de suas próprias fileiras, na pessoa de Charles Lenox Remond, cujos apelos eloquentes colheram os aplausos mais retumbantes de multidões nos dois lados do Atlântico. Que os caluniadores da raça de cor desprezem-se por sua baixeza e intolerância de espírito, e que, de agora em diante, cessem de falar da natural inferioridade daqueles que de nada necessitam além de tempo e oportunidade para atingir o ápice da excelência humana.

Nesse ponto, aliás, talvez seja justo especular se alguma outra parcela da população da Terra poderia suportar as privações, os sofrimentos e os horrores da escravidão sem se tornar mais degradada na escala da humanidade do que os escravos de origem africana. Tudo foi feito para aleijar seus intelectos, nublar suas mentes, rebaixar sua natureza moral e obliterar todos os traços de sua relação com a humanidade; e, no entanto, sustentaram espantosamente o fardo hercúleo da servidão mais terrível, sob a qual há séculos emitem seus gemidos! Para ilustrar o efeito da escravidão no homem branco — demonstrando que ele carece de um poder de resistência, em tais condições, superior ao de seu irmão negro —, Daniel O’Connell, o distinto defensor da emancipação universal, e grande paladino de uma Irlanda prostrada, mas não conquistada, relata a seguinte anedota, em discurso realizado no Conciliation Hall, em Dublin, diante da Loyal National Repeal Association, em 31 de março de 1845: “Não importa”, disse o sr. O’Connell, “que termo especial se use como disfarce, a escravidão permanece horrível. *Ela guarda a tendência natural e inevitável de brutalizar cada uma das nobres*

faculdades do homem. Um navegante americano que naufragou na costa africana foi mantido como escravo por três anos; ao fim daquele período, foi encontrado embrutecido e estiolado — perdera toda capacidade de raciocínio. Tendo esquecido a língua materna, só conseguia balbuciar palavras desconexas entre o árabe e o inglês, que ninguém entendia e que ele próprio pronunciava com dificuldade. Eis aí a influência humanizadora da chamada INSTITUIÇÃO DOMÉSTICA!”. Mesmo admitindo que se tratasse de um caso extraordinário de deterioração mental, prova-se ao menos que o escravo branco pode afundar tão baixo na escala da humanidade quanto o escravo negro.

O sr. Douglass decidiu muito apropriadamente redigir ele próprio sua *Narrativa*, com o próprio estilo e de acordo com as suas melhores habilidades, em vez de buscar o auxílio de outra pessoa. O texto é, portanto, inteiramente de sua lavra. Considerando como foi longa e sombria a carreira que teve de cumprir como escravo, quão poucas foram as oportunidades para capacitar a mente desde que rompeu seus grilhões, julgo que o resultado é altamente meritório para sua cabeça e seu coração. Aquele que puder examiná-lo sem ter os olhos lacrimejantes, o peito pesado, o espírito aflito, sem se encher de uma aversão indizível à escravatura e a todos os seus instigadores, sem se decidir a buscar o fim imediato desse sistema execrável; quem examiná-lo, enfim, sem temer pelo destino desse país nas mãos de um Deus justo, que está sempre do lado dos oprimidos e cuja mão não está tão encolhida que não possa salvar, deve ter um coração duro, qualificando-se para atuar no papel de quem trafica “escravos e almas humanas”. Estou convencido de que a narrativa é essencialmente verdadeira em todas as suas constatações; que nada foi posto com malícia, nada foi exagerado ou fantasiado; que antes não faz jus à realidade do

que superestima um único fato que seja no que toca à *escravidão tal como ela é*. A experiência de Frederick Douglass, como escravo, não foi peculiar; sua sorte não foi especialmente dura; seu caso pode ser visto como uma manifestação bastante branda do tratamento dos escravos em Maryland, estado no qual, admite-se, os escravos são mais bem alimentados e tratados com menos crueldade do que na Geórgia, no Alabama ou na Louisiana. Muitos sofreram incomparavelmente mais nas plantações, ao passo que pouquíssimos sofreram menos do que ele próprio. E, ainda assim, como era deplorável sua situação! Que castigos terríveis foram infligidos em sua pessoa! Que ultrajes ainda mais chocantes foram perpetrados sobre sua mente! Com tantos nobres poderes e sublimes aspirações, foi tratado como um bruto, mesmo por aqueles que professavam ter em si o mesmo juízo que havia em Cristo! A que riscos horríveis foi continuamente submetido, destituído de conselho amigo e ajuda, mesmo nos piores extremos! Quão severa a meia-noite da dor que cobriu de escuridão seu último raio de esperança, envolvendo o futuro em terror e trevas! Que ânsias de liberdade assaltaram-lhe o peito, e como, à medida que crescia em reflexão e inteligência, sua miséria aumentava, provando, assim, que um escravo feliz é por certo um homem extinto! O quanto pensou, o quanto ponderou e sentiu, com os membros acorrentados, sob o açoite do capataz! Que perigos enfrentou nas empreitadas para escapar daquele destino horrível! E como têm sido notáveis sua libertação e sua preservação em meio a uma nação de inimigos impiedosos!

Esta *Narrativa* contém muitos incidentes comoventes, muitas passagens de grande eloquência e poder, mas penso que o mais cativante de todos é a descrição que Douglass oferece de seus sentimentos, quando se propõe a refletir consigo mesmo sobre

seu destino e suas chances de um dia vir a ser um homem livre, nas margens da baía de Chesapeake — vendo os navios que se afastam voando com asas brancas na brisa, apostrofando-as como se estivessem animadas pelo espírito vivo da liberdade. Quem pode ler esse trecho e se mostrar insensível ao seu páthos e ao seu caráter sublime? Nela se comprime toda uma biblioteca de Alexandria de pensamento, emoção e sentimento — tudo que pode, tudo que deve ser incitado, na forma de admoestação, apelo ou censura, contra esse crime dos crimes: fazer do homem propriedade de seu semelhante! Quão amaldiçoado é esse sistema, que sepulta a mente divina do homem, desfigura sua imagem sagrada, reduz ao nível das bestas de quatro patas aqueles que pela criação foram coroados de glória e honra, exaltando o negociador de carne humana acima de tudo a que chamamos Deus! Por que a existência de um tal sistema deveria ser prolongada por mais tempo? Se não é o próprio mal, e apenas o mal, continuamente? O que sua presença implica se não a ausência de todo temor a Deus, toda consideração pelo homem, da parte do povo dos Estados Unidos? Que os céus acelerem sua derrocada eterna!

Muitas pessoas vivem numa ignorância tão profunda da natureza da escravidão que se mantêm obstinadamente incrédulas quando leem ou escutam algum relato sobre as crueldades infligidas diariamente a suas vítimas. Não negam que escravos sejam submetidos à condição de propriedade, mas esse fato terrível não parece transmitir a sua mente nenhuma ideia de injustiça, ultraje ou selvageria bárbara. Fale dos açoitamentos cruéis, das mutilações e das marcações a ferro quente, das cenas de sangue e conspurcação, do banimento de toda luz e conhecimento, e elas afetam uma grande indignação diante da magnitude dos exageros, das distorções generalizantes, das

calúnias abomináveis contra o caráter dos fazendeiros do Sul, como se essas atrocidades assombrosas não fossem as consequências naturais da escravidão! Como se fosse menos cruel reduzir um ser humano à condição de coisa do que submetê-lo a uma severa flagelação, ou privá-lo da comida e do agasalho necessários! Como se chibatas, correntes, anjinhos,¹⁷ palmatórias, mastins, feitores, capatazes de campo¹⁸ e patrulhas não fossem os instrumentos indispensáveis para manter os escravos submetidos, protegendo seus opressores impiedosos! Como se, quando a instituição do casamento é abolida, o adultério, o concubinato e o incesto não proliferassem; como se alguma barreira protegesse a vítima da fúria do espoliador quando todos os direitos de humanidade foram aniquilados; como se o poder, quando se presume absoluto sobre a vida e a liberdade de alguém, não fosse exercido com força destrutiva! Céticos desse tipo abundam na sociedade. Em alguns poucos casos a incredulidade nasce da falta de reflexão; mas, em geral, ela sugere antes um ódio à luz, um desejo de proteger a escravidão dos assaltos de seus inimigos e um desprezo pelos negros, livres ou escravizados. Essas pessoas vão se esforçar para desacreditar as histórias chocantes, marcadas pela crueldade da escravatura, registradas nesta fidedigna *Narrativa*, mas será inútil. O sr. Douglass, com muita franqueza, tornou públicos seu local de nascimento, os nomes daqueles que alegavam direito de propriedade sobre seu corpo e sua alma, e os nomes também daqueles que cometeram os crimes de que aqui são acusados. Suas afirmações, portanto, podem ser facilmente refutadas, se inverídicas.

No curso da *Narrativa*, relatam-se duas instâncias de crueldade assassina: numa delas, um fazendeiro alveja deliberadamente um escravo pertencente a uma fazenda vizinha,

que invadira por acidente sua propriedade durante uma pescaria; na outra, um capataz atira na cabeça de um escravo que fugira para um regato, no afã de escapar do açoite sangrento. O sr. Douglass afirma que nada foi feito em nenhuma dessas instâncias em termos de prisão legal ou investigação judicial. A edição de 17 de março de 1845 do *Baltimore American* relatou um caso de atrocidade semelhante, perpetrada com igual impunidade, nos seguintes termos: “*Um escravo assassinado.* Fomos informados, mediante a autoridade de uma carta proveniente do condado de Charles, Maryland, recebida por um cavalheiro desta cidade, que um jovem rapaz, de nome Matthews, sobrinho do general Matthews, e cujo pai, acreditasse, exerce cargo em Washington, matou a tiros um dos escravos na fazenda de seu pai. A carta afirma que o jovem Matthews fora deixado no comando da fazenda; que ele deu uma ordem ao servo, ordem esta que foi desobedecida. Ele, então, dirigiu-se à casa, *pegou uma arma e, retornando, atirou no escravo.* Fugiu de imediato, continua a carta, para a residência do pai, e lá permanece, intocado”. Convém nunca esquecer que nenhum senhor de escravos ou feitor pode ser condenado por uma injúria perpetrada contra a pessoa de um escravo, por mais diabólica que seja, tendo por base o relato de testemunhas negras, emancipadas ou não. De acordo com o código escravista, estas não são consideradas aptas a testemunhar contra um homem branco, como se fossem parte da criação animal. Portanto, não existe proteção real, mesmo quando existe na lei, para a população escrava; sobre ela qualquer montante de crueldade pode ser infligido impunemente. Será possível à mente humana conceber uma sociedade em estado mais deplorável?

O efeito dos votos religiosos na conduta dos senhores de escravos sulistas é vividamente descrito na *Narrativa* e se revela

tudo menos salutar. Pela natureza do caso, deve ser pernicioso no mais alto grau. O testemunho do sr. Douglass nesse ponto é sustentado por uma nuvem de testemunhas, cuja veracidade é inquestionável. “A declaração de fé cristã da parte de um senhor de escravos é uma impostura palpável. Trata-se de um criminoso do mais alto grau. Um sequestrador de corpos e almas. Não importa o que se coloque do outro lado da balança.”

O leitor está com os sequestradores em simpatia e propósito, ou com as vítimas subjugadas? Se com os primeiros, então é inimigo de Deus e do homem. Se com os últimos, o que se dispõe a fazer e intentar a favor deles? Seja fiel, vigilante, incansável em seus esforços para destruir todo jugo e libertar os oprimidos. Aconteça o que acontecer, custe o que custar, inscreva no estandarte que desfralda ao vento, como lema político e religioso: “Nenhuma concessão à escravidão! Nenhuma aliança com os senhores de escravos!”.

WM. LLOYD GARRISON
Boston, 1^o de maio de 1845

14. Citação de *Hamlet*, Ato III, cena IV, v. 62.

15. Salmo 8,5.

16. 2 Pedro 3,18.

17. No original, *thumb-screws*, instrumentos de tortura compostos de anéis de ferro usados para comprimir os polegares dos torturados. (N. T.)

18. No original, *slave-driver*, aquele que coordena, mobilizando e instigando, por meio de violência, o trabalho dos escravos especificamente na lida no campo. Diferenciava-se do *overseer* — o feitor —, que, além de monitorar e punir os escravos, era responsável pelas tarefas relacionadas à administração da fazenda. (N. T.)

Carta do exmo. Wendell Phillips

Boston, 22 de abril de 1845

Meu querido amigo:

Você há de se recordar da velha fábula intitulada “O homem e o leão”, em que o leão reclama que ele não será tão mal representado “no dia em que os leões escreverem a história”.

Alegro-me que tenha chegado o tempo em que “os leões escrevem a história”. Estivemos por tempo demais julgando o caráter da escravidão pela evidência involuntária oferecida pelos senhores de escravos. Podemos, claro, nos dar por satisfeitos com o que será, em geral, o resultado de tal descrição, sem investigar mais a fundo se tal resultado se confirma em cada instância. Com efeito, aqueles que torcem o nariz para um galão de milho por semana e que adoram contar as chibatadas que o escravo recebe nas costas raramente compõem a matéria de que são feitos os reformadores e abolicionistas. Lembro que, em 1838, muitos aguardavam os resultados do experimento nas Índias Ocidentais antes de passarem às nossas fileiras. Tais “resultados” chegaram há muito tempo; mas, ai!, com eles, poucos se converteram. É preciso estar disposto a julgar a emancipação por meio de outros parâmetros que não o aprimoramento da produção de açúcar, bem como a odiar a escravidão por razões que vão além do fato de as mulheres serem

açoitadas e os homens passarem fome; só então o indivíduo estará pronto para dar o primeiro passo na vida abolicionista.

Fiquei contente em descobrir, na sua história, quão cedo as mais negligenciadas das crianças de Deus despertam para a compreensão de seus direitos e da injustiça que lhes é imposta. A experiência é uma professora exemplar, e muito antes de dominar o ABC, ou de saber para onde iam as velas de Chesapeake, você começou, vejo eu, a calcular o infortúnio do escravo, não por sua fome ou carência, não pelos açoites e pela labuta, mas pela morte cruel e aviltante que pesa sobre sua alma.

Nesse ponto, há uma circunstância que torna suas lembranças peculiarmente valiosas e sua percepção precoce ainda mais admirável. Você vem de uma parte do país onde, segundo nos dizem, a escravidão se apresenta com traços mais brandos. Ouçamos, então, o que ela é em seu melhor estado — contemplemos seu lado mais luminoso, se existe tal coisa; e, então, a imaginação se encarregará de acrescentar linhas mais sombrias ao quadro, avançando ao Sul, àquele Vale da Sombra da Morte (para o homem de cor) por onde corre o Mississippi.

Conhecemos sua pessoa há bastante tempo e podemos confiar inteiramente na sua verdade, sua honestidade e sua sinceridade. Todos que o ouviram falar sentiram-se persuadidos de que você lhes dá uma amostra justa da verdade integral, e tenho certeza de que o mesmo se dará com todos que lerem seu livro. Nada de retratos unilaterais, nada de reclames indiscriminados — mas uma justiça rigorosa sempre que uma benevolência individual conseguiu neutralizar, por um momento, o sistema mortal da qual, estranhamente, era aliada. O senhor também tem estado conosco há alguns anos e poderá corretamente comparar o crepúsculo dos direitos que sua raça usufrui no Norte com aquela “meia-noite” sob a qual seus irmãos labutam ao Sul da

linha de Mason e Dixon. Diga-nos, ao fim de tudo, se o homem de cor parcialmente livre de Massachusetts está em piores condições do que o escravo mimado dos campos de arroz!

Lendo sua vida, ninguém pode dizer que tenhamos selecionado um raro caso de crueldade. Sabemos que as gotas amargas, que mesmo você verteu do copo, não são agravos incidentais, males individuais, mas parte do que deve se associar, necessariamente, ao fardo de todo escravo. São os ingredientes principais, não os resultados ocasionais, do sistema.

No fim, leio seu livro tomado de preocupação por você. Alguns anos atrás, quando começou a me contar seu nome e seu lugar de nascimento verdadeiros, você deve se lembrar, eu o detive e preferi permanecer ignorante de tudo. Assim continuei, exceto por uma vaga descrição, até outro dia, quando você leu para mim as suas memórias. Eu mal sabia, naquela ocasião, se devia agradecê-lo ou não por aquela leitura, quando refleti que, em Massachusetts, ainda era perigoso que homens honestos expusessem seu verdadeiro nome! Costuma-se dizer que, em 1776, os pais da nação assinaram a Declaração de Independência com a corda ao redor do pescoço. Você também publica sua declaração de liberdade envolto em perigo. Por todo o largo território sobre o qual a Constituição dos Estados Unidos lança sua sombra, não há um único lugar — por mais modesto e desolado — onde um escravo fugitivo possa assentar-se e dizer: “Estou seguro”. Todo o arsenal das leis do Norte não tem um escudo para você. Sou livre para dizer que, no seu lugar, eu lançaria o manuscrito ao fogo.

Você, talvez, possa contar sua história em segurança, estimado pelos corações acolhedores que o rodeiam, ainda mais raros, pela devoção que têm ao outro. No entanto, se, mais cedo ou mais tarde, o mais humilde puder caminhar por nossas ruas e, em

segurança, testemunhar contra as crueldades de que foi vítima, será graças apenas aos seus trabalhos, e aos bravos esforços dos que, pisoteando as leis e a Constituição da terra que temos sob os pés, determinam-se a “esconder os desamparados”, decretando que seus corações serão, a despeito da lei, asilo contra a opressão.

Sim, é triste pensar que aqueles de coração palpitante, que dão boas-vindas à sua narrativa e que constituem a melhor linha de defesa para que você a relate, precisam ser contrários ao “estatuto assim determinado”. Vá em frente, querido amigo, até que você e aqueles que, como você, se salvaram, como se pelo fogo, da escura prisão, estereotipem essas inclinações livres e ilegais na forma de estatutos, e a Nova Inglaterra, libertando-se de uma União manchada de sangue, glorifique-se na condição de refúgio dos oprimidos, até que já não apenas “*escondamos o desamparado*”, ou nos orgulhemos de nos prostrar, ociosos, enquanto ele é caçado em nosso meio, mas, consagrando mais uma vez o solo dos Peregrinos à condição de santuário dos injustiçados, proclamemos nossas boas-vindas ao escravo de maneira tão ruidosa que nossos ecos alcançarão todas as cabanas das Carolinas, a ponto de fazer o agrilhado entristecido saltar de alegria, pensando na velha Massachusetts.

Que Deus apresse esse dia!

Até lá, e sempre,

Respeitosamente,

WENDELL PHILLIPS

I

Nasci em Tuckahoe, redondezas de Hillsborough, a cerca de vinte quilômetros de Easton, no condado de Talbot, Maryland. Não tenho conhecimento exato de minha idade, nunca tendo visto qualquer registro autêntico que a contivesse. A maior parte dos escravos sabe tão pouco de sua idade quanto sabem os cavalos, e é o desejo da maioria dos senhores que conheço manter seus escravos nessa ignorância. Não me recordo de ter conhecido um escravo que pudesse dizer o dia de seu aniversário. Raramente se acercam da data para além de uma mera indicação: na época do plantio, na colheita, no tempo das cerejas, na primavera, no outono. A falta de informação sobre meu próprio aniversário foi para mim uma fonte de infelicidade mesmo durante a infância. As crianças brancas sabiam dizer quantos anos tinham, e eu não entendia por que eu teria de ser privado do mesmo privilégio. Não me era permitido averiguar o assunto junto ao meu senhor, que considerava investigações dessa espécie, da parte de um escravo, impróprias e impertinentes, evidências de um espírito inquieto. A estimativa mais próxima que tenho me dá entre vinte e sete e vinte e oito. Cheguei a isso por ouvir meu senhor dizer, em algum momento do ano de 1835, que eu contava por volta de dezessete anos.

Minha mãe se chamava Harriet Bailey. Era a filha de Isaac e Betsey Bailey, ambos de cor, e bem escuros. Minha mãe tinha

uma compleição ainda mais escura do que a de meus avós.

Meu pai era branco. Assim era considerado por todos que ouvi tratarem da minha filiação. Também ouvi dizer que meu senhor era meu pai, mas nada sei da precisão dessa informação. Os meios de confirmá-la me foram obstruídos. Minha mãe e eu fomos separados quando eu era apenas um bebê — antes de eu conhecê-la como tal. É um costume comum na região de Maryland de onde fugi: separar bem cedo as crianças de suas mães. Frequentemente, antes de a criança atingir um ano, a mãe lhe é tirada e empregada em outra fazenda, a uma distância considerável. A criança é então posta sob os cuidados de uma senhora, velha demais para o trabalho no campo. Qual o propósito dessa separação, não sei dizer, a menos que seja retardar o desenvolvimento da afeição da criança pela mãe, e conter e destruir a afeição natural da mãe pela criança. Esse é o resultado inevitável.

Não vi minha mãe, conhecendo-a como tal, mais do que quatro ou cinco vezes na vida, e cada uma dessas ocasiões foi bastante breve e se deu durante a noite. Ela foi contratada por certo sr. Stewart, que vivia a cerca de vinte quilômetros da minha casa. Minha mãe empreendeu suas jornadas para me ver durante a noite, viajando a distância inteira a pé, depois de um dia de labuta. Trabalhava no campo, e uma chicotada era a pena por não se apresentar ao nascer do sol, a não ser que o escravo tivesse uma permissão especial de seu senhor ou de sua senhora para o contrário — permissão que raramente eles conseguem e que dá ao senhor que a concede a nobre fama de bom senhor. Não lembro de jamais ter visto minha mãe à luz do dia. Quando estávamos juntos, era sempre noite. Deitava-se ao meu lado, mas muito antes do meu despertar já havia partido. Quase não houve comunicação entre nós, e a morte logo encerrou o pouco que

tínhamos enquanto ela viveu, e, com isso, suas provações e seus sofrimentos. Faleceu quando eu tinha por volta de sete anos, em uma das fazendas do meu senhor, perto de Lee's Mill. Não me foi permitido estar presente durante sua doença, sua morte ou seu enterro. Ela se foi muito antes de eu tomar conhecimento de qualquer coisa. Nunca tendo usufruído, por um período minimamente considerável, de sua presença apaziguadora, de seu cuidado terno e atento, recebi a notícia de sua morte com a mesma emoção que provavelmente sentiria diante da morte de uma pessoa desconhecida.

Levada assim de repente, ela me deixou sem a menor indicação de quem era meu pai. O boato de que era o meu senhor pode ou não ser verdade, e, sendo falso ou verdadeiro, é de pouca consequência para o meu propósito, pois permanece o fato, em tudo odioso, e estabelecido pela lei, de que as crianças nascidas de mulheres escravas devem em todos os casos seguir a condição de suas mães; e isso é feito, muito obviamente, para o proveito da luxúria dos senhores, tornando a gratificação de seus desejos perversos tanto lucrativa quanto prazerosa; assim, por meio desse arranjo ardiloso, o proprietário, em não poucos casos, sustenta com seus escravos a dupla relação de pai e senhor.

Tenho conhecimento desses casos, e vale a pena mencionar que tais escravos sofrem invariavelmente provações maiores, e têm mais com que lutar do que os demais. São, em primeiro lugar, uma ofensa constante para a senhora branca, que se mostra sempre disposta a lhes apontar faltas e nunca está tão satisfeita quanto ao vê-los debaixo do chicote, especialmente quando suspeita que o marido concede aos filhos mulatos favores dos quais são privados os escravos negros. O senhor vê-se frequentemente compelido a vender essa classe de escravos,

por deferência aos sentimentos da esposa branca; e, por mais cruel que o ato possa parecer — que um homem venda seus próprios filhos para negociantes de carne humana —, muitas vezes é o ditame de humanidade em sua ação, pois, a menos que ele mesmo o faça, deverá observar em silêncio um de seus filhos brancos amarrar o próprio irmão, de compleição apenas alguns tons mais escura do que a dele, impondo o chicote sangrento sobre suas costas nuas. Qualquer palavra de desaprovação emitida é atribuída à sua parcialidade de pai, o que só piora a questão, tanto para ele quanto para o escravo a quem ele pretenderia proteger ou defender.

Cada ano traz consigo uma multidão dessa classe de escravos. Foi, sem dúvida, por conhecimento desse fato que um grande estadista do Sul predisse a derrocada da escravidão pelas leis inevitáveis da demografia. Cumpra-se ou não a profecia, está óbvio que uma categoria de pessoas de aspecto bem diferente segue crescendo ao Sul, e é agora mantida na servidão, a partir daquelas originalmente trazidas da África para esse país, e, ainda que seu crescimento não faça nenhum outro bem, servirá ao menos para abalar a força do argumento de que Deus amaldiçoou Cam, sendo justa, por conta disso, a escravidão na América. Se os descendentes em linha reta de Cam são os únicos cuja servidão está de acordo com as Escrituras, é certo que a escravidão no Sul do país logo perderá seu fundamento bíblico, pois milhares são anualmente introduzidos nesse mundo, devendo sua existência, como eu, a pais brancos, pais que, muito frequentemente, são seus próprios senhores.

Eu tive dois senhores. O sobrenome do meu primeiro senhor era Anthony. Não me recordo de seu nome. Em geral, chamavam-no de capitão Anthony — título que adquiriu, presumo, comandando uma embarcação na baía de Chesapeake.

Não era considerado um fazendeiro rico. Possuía duas ou três fazendas e em torno de trinta escravos. As propriedades ficavam sob os cuidados de um feitor. O nome do feitor era Plummer. O sr. Plummer era um bêbado miserável, um blasfemador obscuro e um monstro selvagem. Andava sempre armado com um chicote de couro e um pesado porrete. Feria e retalhava as cabeças das mulheres de uma forma tão horrível que mesmo nosso senhor se enfurecia com tamanha crueldade e ameaçava chicoteá-lo caso não se comportasse. O capitão Anthony, contudo, não era um fazendeiro piedoso. Só uma barbaridade extraordinária vinda de um feitor o afetava. Era um homem cruel, endurecido por uma longa vida escravizando seus semelhantes. Por vezes parecia sentir prazer em açoitar os escravos. Não raro fui despertado ao nascer do sol pelos gritos mais lancinantes de uma tia minha, que ele amarrava a uma viga, chicoteando-lhe as costas nuas até cobri-la, literalmente, de sangue. Nem as palavras, nem as lágrimas, nem as súplicas de sua vítima ensanguentada eram capazes de dissuadir seu coração daquele propósito sanguinário. Quanto mais alto ela gritava, mais forte ele chicoteava, e de onde o sangue saía mais ligeiro, ali ele chicoteava por mais tempo. Açoitava-a para fazê-la gritar, depois para emudecê-la, e só quando era vencido pela fadiga parava de aplicar o chicote já repleto de sangue coagulado. Recordo-me de quando testemunhei essa exibição terrível pela primeira vez. Eu era ainda bem menino, mas me lembro bem. Nunca me esquecerei, enquanto tiver memória. Foi o primeiro de uma longa série de crimes dos quais eu estava condenado a ser testemunha e participante. Aquilo me impactou com uma força tremenda. Era a porta sangrenta, a entrada do inferno da escravidão, que eu me preparava para atravessar. Um espetáculo terrível. Queria eu

poder registrar no papel os sentimentos com que testemunhei tudo aquilo.

Esse acontecimento se deu pouco depois que fui viver com meu antigo senhor, sob as seguintes circunstâncias. Tia Hester saiu certa noite — para onde e com que intuito não sei dizer — e estava ausente quando meu senhor desejou sua presença. Ele lhe ordenara que não saísse à noite e a alertara para que nunca se deixasse flagrar por ele na companhia de certo rapaz, pertencente ao coronel Lloyd, que andava de olho nela. O nome do rapaz era Ned Roberts, conhecido, em geral, como o Ned de Lloyd. Por que meu senhor tomava tantos cuidados em relação à minha tia, pode-se conjecturar com certa precisão. Era uma mulher de porte nobre e proporções graciosas; poucas havia que a igualassem, e era ainda menor o número das que a superavam, em aparência pessoal, entre as mulheres negras e brancas dos arredores.

Tia Hester não apenas desobedeceu as ordens do meu senhor ao sair, como foi encontrada na companhia do tal Ned de Lloyd, circunstância que, pelo que descobri ouvindo-o açoitá-la, constituía sua principal ofensa. Fosse ele um homem de moral pura, seria possível imaginá-lo preocupado em proteger a inocência da minha tia; mas aqueles que o conheceram jamais discernirão nele uma virtude dessa natureza. Antes de açoitá-la, ele a levou à cozinha e a despiu do pescoço à cintura, desnudando inteiramente pescoço, ombros e costas. Disse-lhe, então, que cruzasse as mãos, xingando-a de cadela maldita. Com uma corda, amarrou firmemente as mãos da minha tia e a conduziu até um banco sob um grande gancho cravado numa viga, posto lá para esse propósito. Meu senhor a obrigou a subir no banco e prendeu suas mãos no gancho. Agora ela se achava perfeitamente posicionada para seu intuito infernal. Os braços

esticavam-se para cima, de forma que minha tia se mantinha na ponta dos pés. Ele, então, disse: “Agora, cadela maldita, vou te ensinar a desobedecer às minhas ordens!”. Tendo enrolado as mangas da camisa, pôs-se a castigá-la com o chicote pesado, e logo o sangue morno e rubro (entre gritos dilacerantes da parte dela e imprecações terríveis da parte dele) começou a cair aos pingos no chão. Fiquei tão mortificado diante daquela visão que me escondi no armário, e só ousei sair muito depois de encerrada aquela transação sangrenta. Achava que eu seria o próximo. Tudo isso era novo para mim. Nunca tinha visto nada como aquilo antes. Vivera sempre com minha avó nos limites da propriedade, onde ela havia sido posta para criar as crianças das mulheres mais novas. Até aquele momento, portanto, eu estivera fora do alcance das cenas que aconteciam frequentemente na fazenda.

II

A família do meu senhor consistia em dois filhos, Andrew e Richard, e uma filha, Lucretia, que tinha um esposo, o capitão Thomas Auld. Viviam todos em uma única casa, na fazenda-sede do coronel Edward Lloyd. Meu senhor era funcionário e superintendente do coronel Lloyd. Era o que se pode chamar de feitor dos feitores. Passei dois anos da minha infância nessa fazenda com a família do meu antigo senhor. Foi aqui que testemunhei a transação sangrenta registrada no primeiro capítulo. Como recebi minhas primeiras impressões da escravidão nessa fazenda, farei uma descrição dela e da escravidão tal como existia por lá. A fazenda fica a mais ou menos vinte quilômetros ao norte de Easton, no condado de Talbot, situada à margem do rio Miles. Os principais produtos cultivados ali eram o tabaco, o milho e o trigo. Todos eram cultivados em grande abundância, de modo que, transportando para o mercado em Baltimore os produtos dessa e de outras fazendas que lhe pertenciam, meu senhor era capaz de manter em atividade quase constante uma chalupa de bom porte. Essa embarcação fora batizada de *Sally Lloyd*, em homenagem a uma das filhas do coronel. O genro do meu senhor, o capitão Auld, era o comandante, e a tripulação era constituída pelos próprios escravos do coronel. Seus nomes eram Peter, Isaac, Rich e Jake. Eram tidos em alta conta pelos demais escravos, vistos como os